

MINUTA

Que futuro para o Serviço Nacional de Saúde (SNS)?

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

A presente moção pretende discutir as principais macrotendências que irão marcar o setor da saúde nos próximos anos, e que deverão ser encorajadas e incorporadas na própria arquitetura do SNS. Os cidadãos contam com instituições de saúde modernas, com otimização dos *outcomes* em saúde, esperando um sistema que use tecnologias emergentes e inovadoras, e que coloque, cada vez mais, o doente ao centro. Para isso, o SNS deverá discutir e incorporar, na sua estrutura, as seguintes tendências:

1. Iniciativas de Transição Digital

Repensar a Saúde implica reposicionar o setor à luz das mudanças vigentes. A revolução na Saúde Digital, alavancada por diferentes iniciativas de transição digital, constitui uma das mudanças mais relevantes, que irá redefinir a arquitetura da rede de cuidados de saúde. Consequentemente, é importante defender, no SNS: **(i)** mais cobertura de teleconsultas, programadas ou agendadas; **(ii)** investimento de dispositivos de monitorização à distância, a nível domiciliário, na qual informação é recolhida e disponibilizada a um prestador de cuidados de acordo com diferentes níveis de alerta; **(iii)** disponibilização de tratamentos em regime de domiciliação de cuidados; **(iv)** disponibilização de terapias digitais, em particular nas áreas da saúde mental, neurológica e fisioterapêutica. Saliente-se ainda a possibilidade de acesso remoto a novas tipologias de cuidados, com avanços sobretudo ao nível de patologias neurológica e patologias psiquiátricas.

2. Medicina de Precisão

Os avanços na medicina permitem compreender que os doentes respondem ao tratamento em função da sua variabilidade genética, hábitos adotados e estilos de vida. Desta forma é possível desenhar uma abordagem mais focada no cidadão e o que o define: contingências genómicas, epigenéticas e clínicas, aliadas a contextos psicossociais. Tal é conseguido pela incorporação de práticas de medicina de Precisão no SNS, que é conseguido pela defesa de algumas medidas: **(i)** incorporação da Medicina de Precisão nas políticas nacionais de saúde pública; **(ii)** maior interoperabilidade e acesso a dados no SNS – para que seja possível realizarem-se tratamentos personalizados, é imprescindível que os dados de utentes sejam coletáveis, a partir, por exemplo, de dispositivos móveis; **(iii)** implementação de iniciativas de prevenção primária de doença personalizada (com programas de precisão a nível dietético e de atividade física); **(iv)** investigação e utilização dos mecanismos de genética e epigenética.

3. Cuidados Centrados no Doente

O aumento da prevalência de doenças crónicas e o envelhecimento populacional contribuem para a aceleração de novos modos de prestação de cuidados, com ferramentas de gestão em casa, com as incursões a nível hospitalar reduzidas. Para isso, é importante promover e defender: **(i)** articulação de *smart homes* com hospitais, que monitorizem parâmetros biométricos através de um conjunto de *home sensors*; **(ii)** defender um modelo no qual os doentes possam analisar os seus dados de saúde e possam tomar decisões mais conscientes e informadas; **(iii)** defender um modelo que aposte na literacia digital, qualificação e interesse dos próprios profissionais de saúde.

4. Sustentabilidade e Equidade em Saúde

É fundamental impulsionar mudanças ao nível das políticas públicas, fazendo com que estas estejam cada vez mais vocacionadas para a redução de disparidades socioeconómicas, no que respeita a acesso a cuidados de saúde. O próprio SNS deverá ser um agente promotor de sustentabilidade social, climática e de modelos de governação. Assim, torna-se essencial **(i)** motivar a criação de programas que se debrucem sobre a promoção de equidade no acesso a cuidados de saúde, que deverão coexistir e articular com planos que incidam sobre carências alimentares, disparidades educativas ou crise habitacional; **(ii)** alcançar neutralidade carbónica num intervalo de 5-10 anos e otimizar a gestão de resíduos, com foco particular na eliminação de resíduos tóxicos; **(iii)** aumentar o acesso a cuidados de saúde a grupos populacionais em risco de menor acesso; **(iv)** criar e implementar práticas de monitorização do progresso ao nível das diversas componentes da sustentabilidade, diversificar em termos de género e etnia os conselhos de administração das diferentes estruturas, definir e implementar políticas robustas de ética, de *compliance* e anti-fraude.

5. Novos Modelos de Financiamento

Atualmente em Portugal constam dos regimes de comparticipação dispositivos médicos com finalidades como a automonitorização de pessoas com diabetes, câmaras expansoras, dispositivos médicos para doentes ostomizados ou para incontinência urinária, por exemplo. Como complemento aos regimes de comparticipação vigentes, diferentes ferramentas de saúde digital, nomeadamente as *mobile apps*, deverão passar a ser incluídos, impulsionando uma tipologia de cuidados mais acessível e deslocalizada. Assim, o SNS deve defender um regulamento que permite que terapêuticas digitais possam ser prescritas por médicos, nos mesmos parâmetros em que as terapêuticas convencionais – nomeadamente farmacológicas – são prescritas.

Braga, 17 de dezembro de 2022